



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (2025)

**INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: RELATO DE
EXPERIÊNCIA COMO PROFESSORA DE APOIO DO ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO ENSINO SUPERIOR¹**

Wanderleide Berto Aguiar²

Bruno Alves de Sousa³

RESUMO

Apesar dos avanços nas políticas públicas de inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e o Plano Nacional de Educação (PNE), a efetivação do direito à educação para pessoas com deficiência no ensino superior ainda constitui uma realidade relativamente recente no cenário educacional brasileiro e ainda marcada por diversos desafios. Portanto, o presente artigo tem como propósito central analisar a experiência vivenciada como professora de apoio no Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino superior público, destacando estratégias utilizadas para promover a inclusão de estudantes com deficiência, os desafios enfrentados no ambiente universitário e os avanços obtidos no processo de adaptação pedagógica e institucional. A experiência tem como propósito contribuir para a reflexão crítica sobre a importância deste profissional no contexto do ensino superior, apresentando práticas que favorecem o acesso, a permanência e a participação efetiva dos estudantes público-alvo da educação especial. A atuação da professora de apoio revela-se essencial para articular ações pedagógicas inclusivas, sensibilizar a comunidade acadêmica e garantir que direitos de estudantes com deficiência sejam respeitados e efetivados.

Palavras-chave: Educação Especial; Ensino Superior; Inclusão; Professora de apoio.

ABSTRACT

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado/defendido para a Especialização em Atendimento Educacional Especializado, em 27 de novembro de 2025, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista junto a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

² Orientanda do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/1034942782354695>. E-mail: wanderleideberto@gmail.com

³ Orientador do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9596212324603286>. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-8893-4104>. E-mail: brunoalves.ufc@gmail.com.

Despite advancements in public inclusion policies, such as the Brazilian Inclusion Law (Law No. 13.146/2015) and the National Education Plan, the effective realization of the right to education for people with disabilities in higher education remains a relatively recent reality in the Brazilian educational landscape and is still marked by several challenges. Therefore, this article aims to report and analyze the experience of working as a support teacher in specialized educational services in higher education, highlighting the strategies used to promote the inclusion of students with disabilities, the challenges faced in the university environment, and the progress achieved in the pedagogical and institutional adaptation process. The purpose of this experience is to contribute to critical reflection on the importance of this professional in the context of higher education, presenting practices that favor access, retention, and effective participation of students who are the target audience of special education. The role of the support teacher proves essential in articulating inclusive pedagogical actions, raising awareness within the academic community, and ensuring that the rights of students with disabilities are respected and fulfilled.

Keywords: Special Education; Higher Education; Inclusion; Support Teacher.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior representa um avanço significativo nas políticas educacionais brasileiras. No entanto, a efetivação desse direito exige mais do que acesso físico e matrícula: requer práticas pedagógicas inclusivas, adaptações curriculares e o suporte adequado para atender às necessidades educacionais específicas desses alunos. Neste contexto, o papel da professora de apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) se mostra essencial. Este relato de experiência tem como objetivo compartilhar práticas, desafios e estratégias adotadas no acompanhamento de estudantes com deficiência em uma instituição de ensino superior, contribuindo para o fortalecimento da inclusão e da permanência desses alunos.

Minha atuação como professora de apoio do AEE iniciou-se em 2023, em uma universidade pública, polo estudantil da cidade de Janaúba, localizada ao norte do Estado de Minas Gerais, no curso de Pedagogia.

Portanto, o artigo visa relatar e analisar a experiência vivenciada como professora de apoio no Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino superior, destacando as estratégias utilizadas para promover a inclusão de estudantes com deficiência, os desafios enfrentados no ambiente universitário e os avanços obtidos no processo de adaptação pedagógica e institucional.

A experiência tem como propósito contribuir para a reflexão sobre a importância do AEE no contexto universitário, apresentando práticas que favorecem o acesso, a permanência e a participação efetiva dos estudantes público-alvo da educação especial. Além disso, busca evidenciar a necessidade de articulação entre docentes, núcleos de acessibilidade e demais setores da instituição para a construção de um ensino superior verdadeiramente inclusivo.

Desde o início, acompanhei 1 (uma) estudante com diferentes tipos de deficiência, incluindo deficiência intelectual, cognitiva, bem como do transtorno do espectro autista (TEA). O trabalho era realizado em parceria com docentes das disciplinas regulares, coordenação de curso e o Núcleo de Acessibilidade da instituição.

Uma das primeiras estratégias implementadas foi o planejamento colaborativo com os professores das disciplinas, buscando adaptar os conteúdos e atividades às necessidades da aluna. Isso incluía desde a tradução de materiais e conteúdos abordados em sala, até a mediação de provas orais e apoio em trabalhos em grupo. A escuta ativa da estudante também foi fundamental para compreender suas preferências, limitações e potencialidades.

Dessa forma, garantir o acesso não é suficiente: é necessário promover condições reais de permanência e aprendizagem, respeitando as especificidades de cada estudante. Nesse contexto, a atuação da professora de apoio do AEE torna-se uma estratégia fundamental para a efetivação da inclusão no ensino superior.

A escolha de investigar a inclusão no ensino superior, e não na educação básica, justifica-se porque, apesar de o atendimento educacional especializado estar mais consolidado nos níveis iniciais, ainda há uma lacuna significativa quando o estudante com deficiência ingressa na universidade. Do ponto de vista pessoal, essa pesquisa responde à necessidade de compreender e transformar um espaço que historicamente não se estruturou para acolher a diversidade. Cientificamente, contribui para um campo ainda pouco explorado, ampliando o entendimento sobre permanência, acessibilidade e políticas institucionais no ensino superior. Socialmente, a investigação é relevante porque o acesso e a conclusão de cursos universitários impactam diretamente a autonomia, as oportunidades de trabalho e a participação plena dessas pessoas na sociedade; logo, fortalecer a inclusão nesse nível educacional significa avançar na construção de uma sociedade verdadeiramente equitativa.

O trabalho justifica-se pela necessidade de compartilhar práticas exitosas, identificar desafios recorrentes e contribuir com a construção de um ambiente educacional mais inclusivo, acessível e equitativo. Relatar essa vivência é também uma forma de valorizar o trabalho docente especializado, que muitas vezes atua nos bastidores, mas tem impacto direto na trajetória acadêmica dos alunos com deficiência. Além disso, ao evidenciar estratégias concretas de inclusão, busca-se inspirar outros profissionais da educação superior a refletirem sobre suas práticas e promoverem transformações significativas em seus contextos institucionais.

Portanto, a atuação como professora de apoio do AEE no ensino superior evidencia o quanto a inclusão vai além do acesso físico à universidade. Envolve práticas pedagógicas adaptadas, escuta sensível, mediação constante entre estudantes, professores e setores institucionais, além de um compromisso ético com o direito à educação para todos. Ao longo da experiência relatada, foi possível perceber que, quando há trabalho colaborativo, empatia e investimento em formação continuada, os obstáculos podem ser superados e os estudantes com deficiência conseguem avançar, aprender e se formar com dignidade.

Ainda que os desafios sejam muitos, desde a falta de recursos até resistências pedagógicas, os avanços conquistados demonstram que a presença da professora de apoio do AEE é essencial para fortalecer a permanência e o sucesso acadêmico desses alunos. Este relato visa também reafirmar a importância de políticas institucionais comprometidas com a

diversidade e a inclusão, além de destacar o papel transformador que a educação pode exercer quando centrada na equidade. Diante desses desafios, como promover a inclusão de estudantes com deficiência no ambiente universitário? Eis a pergunta de partida desse trabalho.

Promover a inclusão de estudantes com deficiência no ambiente universitário é um desafio que vai muito além do simples acesso à vaga: envolve garantir permanência, participação e aprendizagem em condições equitativas. Embora existam avanços legais e institucionais, muitas universidades ainda carecem de políticas eficazes, infraestrutura acessível e formação adequada para docentes e técnicos. A pergunta de pesquisa torna-se relevante porque a educação superior historicamente não foi pensada para a diversidade, resultando em barreiras pedagógicas, arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais que limitam o pleno desenvolvimento desses estudantes. Investigar como promover essa inclusão significa compreender as necessidades reais dos alunos, avaliar a efetividade das práticas já existentes e propor caminhos que articulem tecnologia assistiva, suporte institucional e mudanças culturais.

Assim, o questionamento não apenas orienta a pesquisa, mas também convoca a universidade a repensar seus modelos, assumindo seu papel social de garantir que todos, sem exceção, tenham condições de prosperar academicamente.

Para tal, o desenvolvimento do artigo se organiza em três seções. Na primeira seção, examinarei algumas das principais legislações, políticas públicas e documentos oficiais, nos âmbitos internacional, nacional e estadual, sobre o Atendimento Educacional Especializado - AEE fazendo resgate histórico até a contemporaneidade.

Na segunda seção, apresentarei a metodologia, qual seja, o relato de experiência com atuação como professora de apoio no ensino superior evidenciando não apenas vivências individuais, mas também tensões estruturais que atravessam o acesso às políticas públicas dentro das instituições.

Contudo, é preciso problematizar como esses entraves não se limitam a falhas operacionais ou burocráticas, mas revelam desigualdades históricas, disputas internas e uma frequente dissociação entre diretrizes legais e práticas institucionais. Ao analisar tais obstáculos, torna-se evidente que a simples existência de políticas públicas não garante sua efetividade; pelo contrário, sua implementação depende de condições materiais, compromisso político e uma cultura institucional que reconheça, legitime e sustente o trabalho docente de apoio. Dessa forma, o relato de experiência não apenas descreve dificuldades, mas também convida à reflexão crítica sobre a capacidade real das instituições de promover inclusão, acessibilidade e equidade.

Na terceira seção, em resultados e discussões, pontuarei sobre o trabalho desenvolvido em parceria com a aluna Jasmim, destacando tanto os processos de acompanhamento pedagógico quanto as estratégias construídas coletivamente para favorecer sua trajetória acadêmica. Além disso, enfatizarei a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a permanência e, sobretudo, para o desenvolvimento integral da acadêmica, considerando que esse atendimento não se limita à adaptação de materiais ou à mediação de atividades, mas implica a garantia de condições reais de aprendizagem, autonomia e participação efetiva no espaço universitário. Ao discutir essa experiência, buscarei evidenciar como o AEE, quando efetivamente implementado e articulado às demandas específicas dos estudantes, constitui-se como um instrumento fundamental de inclusão e de enfrentamento das barreiras estruturais ainda presentes no ensino superior.

Ao final, tecerei considerações sobre a importância do professor de apoio, cuja atuação se consolida como elo fundamental entre as necessidades específicas do estudante, as práticas pedagógicas e as políticas institucionais de inclusão.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 - Referencial Teórico

A inclusão no Ensino Superior é uma temática cada vez mais presente nas discussões educacionais, especialmente no Brasil, onde políticas públicas têm buscado ampliar o acesso de grupos historicamente excluídos das universidades, como pessoas com deficiência, estudantes de baixa renda, negros, indígenas e quilombolas. No entanto, garantir a inclusão vai muito além da ampliação de vagas: exige ações estruturadas que promovam o acolhimento, a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes.

A prática inclusiva nas instituições de ensino superior é relativamente recente. O marco histórico da Educação Inclusiva teve início em 1994, com a realização da Conferência Mundial de Educação Especial, promovida pela UNESCO em Salamanca, na Espanha. A partir dessa conferência, foi elaborada a Declaração de Salamanca, que estabeleceu o princípio de que estudantes com deficiência devem ser atendidos, sempre que possível, no ensino regular (Tomelin; Dias; Sanchez; Juliana Peres; Carvalho, 2018).

A declaração afirma que todos os alunos, independentemente de suas dificuldades de aprendizagem ou deficiência, têm direito a uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

O Brasil, ao tornar-se signatário do documento, assumiu o compromisso de promover uma educação mais inclusiva, abrindo espaço para o debate pedagógico sobre inclusão em todos os níveis de ensino. No caso do Ensino Superior, a regulamentação só veio quase uma década depois, com a publicação da Portaria nº 3.284, de 2003, que define critérios de acessibilidade para pessoas com deficiência, orientando os processos de autorização, reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições de ensino superior.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Portaria Ministerial nº 555, p.01, 2007).

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior é uma conquista recente e em constante processo de consolidação no Brasil. Apesar dos avanços legislativos e políticos desde a década de 1990, sobretudo com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e, mais recentemente, com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a efetiva participação desse público no espaço acadêmico ainda enfrenta inúmeros obstáculos (CAIXETA, 2020).

Durante décadas, o ensino superior foi concebido como um espaço meritocrático e excludente, direcionado àqueles que apresentavam altos níveis de desempenho acadêmico, o que dificultou historicamente o acesso de grupos vulneráveis, especialmente pessoas com deficiência. Nesse contexto, a universidade é desafiada a repensar suas estruturas físicas, pedagógicas e organizacionais para garantir não apenas o ingresso, mas também a permanência e o sucesso desses estudantes.

Portanto, a educação inclusiva é um paradigma que propõe a valorização da diversidade no ambiente escolar e universitário, rejeitando práticas segregadoras. Defende que todos os alunos, com ou sem deficiência, tenham direito à educação de qualidade em espaços comuns, com igualdade de oportunidades e respeito às suas singularidades.

Para Mantoan (2006), a educação inclusiva não é apenas o ato de colocar alunos com deficiência nas escolas comuns, mas sim de transformar a escola para que ela se torne capaz de atender a todos.

A legislação brasileira tem avançado significativamente nas últimas décadas para garantir o direito à educação inclusiva em todos os níveis. A seguir, os principais marcos:

- LDB – Lei nº 9.394/1996

Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em seu artigo 58, define que a educação especial é oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Prevê o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos alunos com necessidades especiais.

- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015

Também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência. Assegura o direito à educação inclusiva em todos os níveis, etapas e modalidades. Proíbe qualquer forma de discriminação e reforça a necessidade de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal. Garante adaptações razoáveis e atendimento individualizado.

- Decreto nº 5.296/2004

Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência.

- Decreto nº 6.949/2009

Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU), com força de emenda constitucional. Reconhece o direito das pessoas com deficiência a participar de forma plena e efetiva da educação em igualdade de condições.

- Decreto nº 7.611/2011

Define a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e garante a articulação entre ensino regular e educação especial.

Neste sentido, a autora referência nacional em educação inclusiva, Mantoan (2006) defende que a escola (e por extensão, o ensino superior) deve ser reconstruída para ser inclusiva, e não adaptar alunos para modelos excludentes. Destaca que a inclusão não se trata apenas de acesso, mas de transformação das práticas pedagógicas.

Nesta mesma linha de pensamento, sendo um dos principais pensadores brasileiros sobre inclusão social e educacional, Sassaki (2010) afirma que a inclusão é um processo social e educacional contínuo, que envolve mudanças nas estruturas, atitudes e políticas.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) promove uma importante reflexão sobre o papel da educação especial nos diversos espaços educacionais. Publicado em 2008 pelo Ministério da Educação, o documento legitima a educação especial como uma modalidade transversal que deve se efetivar em todos os níveis e modalidades de ensino, incluindo o ensino superior, com vistas à construção de um sistema educacional inclusivo e equitativo (BRASIL, 2008).

No âmbito do ensino superior, a política orienta que o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais deve contemplar três dimensões fundamentais: o acesso, a permanência e a participação desses alunos nas atividades acadêmicas. Para isso, as ações desenvolvidas pelas instituições devem promover acessibilidade arquitetônica, quando necessária, garantir meios de comunicação acessíveis e apoio pedagógico adequado, respeitando as especificidades de cada estudante (BRASIL, 2008, p. 17).

Neste contexto, ao longo das últimas décadas, o Brasil tem avançado na consolidação de políticas públicas voltadas à educação inclusiva, especialmente com foco na educação básica. No entanto, quando se trata da educação especial no ensino superior, ainda há um desafio significativo quanto à efetivação de práticas inclusivas e à regulamentação específica que contemple as particularidades desse nível de ensino.

Embora essas normativas ofereçam diretrizes importantes, nota-se que a maioria dos dispositivos legais está voltada predominantemente à educação básica, o que faz com que o ensino superior dependa, muitas vezes, de iniciativas institucionais isoladas para garantir a inclusão efetiva (CAIXETA, 2020).

Nesse sentido, algumas universidades brasileiras têm desenvolvido ações significativas para atender à diversidade de seus estudantes, por meio da criação de núcleos de acessibilidade, oferta de apoio pedagógico especializado, adaptação de materiais didáticos, formação docente e o uso de tecnologias assistivas. Contudo, a aplicação dessas práticas ainda é desigual e depende de fatores como gestão institucional, financiamento, capacitação e vontade política.

Apesar dos avanços, os desafios ainda são significativos. Muitos estudantes ingressam na universidade, mas enfrentam dificuldades de permanência devido à falta de apoio acadêmico, financeiro, psicológico ou por barreiras atitudinais e estruturais. A ausência de formação adequada dos docentes para lidar com a diversidade, a escassez de recursos de acessibilidade e a invisibilidade de certas demandas específicas contribuem para a evasão e para o baixo desempenho de estudantes em situação de vulnerabilidade.

Nesse contexto, práticas institucionais inclusivas tornam-se fundamentais. Elas envolvem desde a adaptação curricular, a oferta de materiais acessíveis e o atendimento educacional especializado, até o fortalecimento de políticas de assistência estudantil. A criação de comissões de inclusão, a atuação dos Núcleos de Acessibilidade e o incentivo à pesquisa e extensão voltadas para a diversidade são estratégias que têm se mostrado eficazes em diversas instituições.

Por fim, é importante reconhecer que a inclusão no Ensino Superior não se limita a um aspecto técnico ou legal: trata-se de um compromisso ético e político com a equidade. Promover a inclusão significa reconhecer a diversidade como valor formativo, repensar práticas pedagógicas e construir ambientes universitários mais justos, nos quais todos os estudantes tenham oportunidades reais de desenvolver seu potencial. Este relato apresenta uma experiência vivenciada em uma instituição pública de ensino superior, destacando ações voltadas à promoção da acessibilidade e da inclusão pedagógica.

2.2 Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência com abordagem qualitativa, de natureza descritiva e reflexiva, cuja finalidade é compartilhar vivências concretas no campo da inclusão educacional no ensino superior, a partir da atuação como professora de apoio vinculada ao AEE.

A experiência ocorreu em uma universidade pública estadual, entre os semestres letivos de 2023 e 2024, no âmbito do curso de Licenciatura em Pedagogia. A atuação foi desenvolvida por meio de ações articuladas com o NUSI da Universidade Estadual de Montes Claros, envolvendo o acompanhamento pedagógico de estudantes com deficiência matriculados em disciplinas regulares.

As informações utilizadas para a elaboração deste relato foram obtidas por meio de:

- Anotações de campo feitas durante o acompanhamento da estudante;
- Registros institucionais das atividades desenvolvidas;
- Observações diretas da interação entre estudantes, docentes e demais profissionais envolvidos no processo de inclusão;
- Reflexões pessoais e profissionais da docente sobre os desafios enfrentados e estratégias adotadas.

O critério central da análise foi a experiência prática, com foco na identificação de ações facilitadoras, barreiras encontradas e aprendizados gerados a partir da mediação pedagógica com estudantes público-alvo da educação especial.

Portanto, o artigo caracteriza-se, conforme Gil (2007), como uma pesquisa descritiva, cujo objetivo principal é descrever fatos e fenômenos ocorridos em uma realidade específica. A pesquisa visa compreender as particularidades e os contextos envolvidos, enfatizando a descrição detalhada da situação estudada.

Em relação aos procedimentos adotados, o estudo foi desenvolvido no formato de um estudo de caso. Segundo Fonseca (2002, p. 33), um estudo de caso pode ser definido como a análise aprofundada de uma entidade bem delimitada, que pode ser um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Esse tipo de estudo busca entender em profundidade o “como” e o “porquê” de uma situação particular, considerada única em vários aspectos, procurando revelar os elementos mais essenciais e característicos do objeto de estudo.

Além disso, é importante destacar que o estudo também leva em consideração os aspectos específicos e os interesses locais, conforme apontam Gerhardt e Silveira (2009), a fim de contextualizar os resultados e torná-los mais relevantes para a realidade analisada. Por tratar-se de um relato de experiência, este estudo não se propõe a produzir generalizações, mas a oferecer subsídios e reflexões que possam inspirar e fortalecer práticas inclusivas em outras instituições de ensino superior.

2.3 Resultados e Discussão

Meu início no processo da educação inclusiva se deu por meio de eventos acadêmicos, onde pude aprofundar meu conhecimento sobre a importância de garantir um ambiente educacional acessível para todos. Durante essas experiências, percebi a urgência de abordar a falta de acessibilidade enfrentada por pessoas com deficiências, como cadeirantes, pessoas com cegueira e aquelas com deficiência intelectual.

O Primeiro Congresso Internacional de Educação: Diversidade, Formação e Saberes Docentes, realizado pela Universidade Estadual de Montes Claros em agosto de 2018, foi um desses eventos que trouxe à tona uma discussão pertinente o universo que permeia a educação inclusiva.

O evento problematizou discursos e conflitos relacionados à inclusão na educação que teve como meta gerar reflexões que pudessem oferecer alternativas para os desafios enfrentados pelas instituições em temas ligados às adversidades, visando ao desenvolvimento de ações que promovam uma abordagem inclusiva. Essa discussão é fundamental para entender as complexidades que envolvem a diversidade no contexto educacional e a necessidade de formação docente adequada para lidar com essas questões.

A necessidade de oferecer um suporte adequado e de qualidade para esses indivíduos tornou-se uma preocupação central para mim. Percebi, com bastante clareza, as diversas barreiras que muitas vezes dificultam a participação plena dos estudantes na vida escolar e

social. Esses encontros e discussões despertaram em mim um interesse genuíno pelo tema da inclusão, levando-me a refletir sobre como podemos criar um sistema educacional que respeite e atenda às necessidades de todos, assegurando que cada pessoa tenha a oportunidade de aprender e se desenvolver em um ambiente acolhedor e inclusivo. Assim, meu compromisso com a educação inclusiva se fortaleceu, motivando-me a buscar soluções práticas e eficazes para promover a acessibilidade e garantir que todos tenham o direito de aprender com dignidade e respeito.

A questão da permanência dos alunos nas instituições de ensino, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, é um tema que merece uma análise aprofundada da problemática. Após a experiência de vivenciar os desafios acadêmicos e a reflexão que os livros proporcionam, é possível perceber que a realidade das famílias que buscam garantir a educação de seus filhos é multifacetada e repleta de nuances.

Primeiramente, o cenário da evasão escolar e da desistência no ensino superior não pode ser reduzido a uma mera falta de interesse ou motivação dos alunos. Muitas vezes, a luta dessas famílias vai além do desejo de ver seus filhos formados; trata-se de um esforço constante para superar barreiras financeiras, sociais e emocionais. O acesso à educação de qualidade é um direito fundamental, mas a desigualdade de recursos e oportunidades torna essa luta ainda mais árdua.

As instituições de ensino, por sua vez, enfrentam o desafio de oferecer suporte adequado a esses alunos. Muitas universidades, embora tenham programas de assistência, ainda não têm a estrutura necessária para atender à demanda crescente de estudantes em situação de vulnerabilidade. A falta de bolsas, políticas de permanência eficazes e acompanhamento psicossocial são fatores que contribuem para a desistência. Assim, a responsabilidade não recai apenas sobre os alunos ou suas famílias, mas também sobre as instituições e o próprio Estado.

Outro ponto central é a questão da saúde mental. O estresse financeiro e a pressão para ter um desempenho acadêmico satisfatório podem levar os alunos a um estado de esgotamento emocional, impactando diretamente sua capacidade de se manter na escola ou na universidade. É fundamental que as instituições reconheçam a importância de um ambiente de aprendizado que promova o bem-estar, oferecendo recursos que ajudem a mitigar esses efeitos.

Além disso, é necessário que haja uma articulação entre os diversos setores da sociedade (educação, saúde, assistência social) para criar uma rede de apoio que não apenas promova a permanência dos alunos, mas também valorize a educação como um bem coletivo.

Nesse sentido, é preciso olhar para a educação de forma holística, entendendo que a permanência não é apenas uma questão individual, mas um desafio social que envolve a

comunidade como um todo. Portanto, a luta das famílias para garantir a permanência de seus filhos na educação formal deve ser compreendida dentro de um contexto mais amplo, que leve em consideração as dificuldades estruturais e a necessidade de um comprometimento conjunto entre instituições, governo e sociedade civil.

É importante destacar que no ensino superior a política de inclusão vem contribuindo para que acadêmicos que vivem em estado de vulnerabilidade social por meio do Programa de Assistência Estudantil têm dado a esses acadêmicos a oportunidade de dar continuidade aos seus estudos. O Núcleo de Assistência Estudantil – NAE, da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, está integrado à respectiva Pró-Reitoria de Extensão. Ele tem como foco contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e conclusão da educação superior por meio de ações de enfrentamento das desigualdades sociais, a fim de prevenir situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Essa é uma prova contundente da necessidade de criação de mais políticas públicas afirmativas para amparo de todos que almejam estar dentro de uma instituição de ensino superior. Em tempos remotos, dentro das instituições superiores carecia desses tipos de políticas. A criação delas amplia o leque de oportunidades principalmente das pessoas com necessidades especiais.

A importância do Programa Estadual de Assistência Estudantil para alunos com necessidades especiais é multifacetada e profundamente relevante para a permanência desses estudantes no ensino superior. Primeiramente, é essencial reconhecer que a inclusão educacional não se limita apenas à acessibilidade física das instituições de ensino, mas também envolve a criação de um ambiente que favoreça a permanência e o sucesso acadêmico. Para alunos com necessidades especiais, o Programa é crucial, pois oferece suporte em diversas áreas que podem atuar como barreiras ao seu aprendizado.

Diante do exposto, sublinho a importância da bolsa de auxílio-estudantil para estudantes do ensino superior com vulnerabilidade socioeconômica. Isso aconteceu com a acadêmica que acompanhei por quase dois anos no Curso de Pedagogia: Jasmim (nome fictício), como vou denominá-la neste relato, evitando sua exposição. É uma jovem com seus 22 anos de idade, que entrou para o ensino superior através da política de cotas e que enfrentou muitos desafios para dar continuidades aos estudos.

Ao iniciar o acompanhamento da acadêmica, identifiquei que ela manifestava forte intenção de desistir do curso, principalmente em razão de sua delicada condição financeira. A renda de sua família é proveniente exclusivamente do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que torna a permanência no ensino superior um desafio diário. Diante desse contexto,

busquei atentamente os editais internos da Universidade e encontrei o Programa de Assistência Estudantil (PAES), voltado justamente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A experiência relatada pela acadêmica reflete uma realidade comum entre muitos estudantes, que enfrentam múltiplas dificuldades para permanecer na universidade. Esse cenário evidencia a importância de ampliar, fortalecer e diversificar as ações previstas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), de modo a garantir melhores condições para que os alunos vivenciem plenamente a vida acadêmica.

Para que o direito à educação de qualidade seja efetivamente assegurado, é fundamental que as Instituições Federais de Ensino Superior promovam iniciativas que transcendam à mera manutenção ou subsistência dos estudantes em situação de hipossuficiência econômica. É necessário garantir uma experiência acadêmica digna, inclusiva e integral, que favoreça o desenvolvimento pessoal, profissional e social, permitindo que esses estudantes não apenas permaneçam, mas também prosperem no ambiente universitário.

Sendo assim, os relatos aqui apresentados têm como base informações nas experiências vivenciadas durante dois anos de acompanhamento da acadêmica Jasmim. A acadêmica ingressou na universidade pelo sistema de cotas SISU, de acordo com seu relato, logo que começou a frequentar as aulas encontrou dificuldades de adaptação devido à complexidade em desenvolver as atividades que o nível superior tende a oferecer. As colegas de curso vendo sua dificuldade propuseram em ajudá-la buscando orientação a coordenação do curso de Pedagogia da Unimontes verificando a possibilidade de uma alternativa de apoio acadêmico para ela.

A Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes oferece AEE, que segundo a instituição

O AEE reforça o engajamento da instituição na aplicação das políticas de acessibilidade. Uma das destas iniciativas estratégicas está no suporte oferecido ao Núcleo de Sociedade Inclusiva (NUSI), projeto vinculado à Pró-Reitoria de Ensino (PRE), na contratação de professores auxiliares de educação especial para o atendimento específico dos acadêmicos com algum tipo de deficiência, que ingressaram na Unimontes pelo sistema de reserva de vagas.

De acordo com informações fornecidas pela instituição, em 2022 foram designados 16 profissionais da área para atuarem no Atendimento Educacional Especializado e atender às demandas relacionadas à inclusão no campus-sede, bem como nos campi das regiões Norte, Noroeste de Minas e Vale do Jequitinhonha. Essa ação afirmativa está fundamentada através da Resolução Nº 080/2019, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX). Segundo o

documento, os critérios estabelecidos para as contratações foram definidos de forma a garantir a padronização e a regulamentação dos procedimentos relacionados à distribuição de encargos didáticos e às atribuições docentes no âmbito da educação inclusiva. Essa normatização busca assegurar que o atendimento pedagógico seja organizado e adequado às necessidades específicas de estudantes com diferentes tipos de deficiência — física, auditiva, visual, intelectual ou múltipla — além de acadêmicos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Dessa forma, pretende-se promover condições equitativas de aprendizagem, fortalecendo o compromisso institucional com a inclusão e com a oferta de suporte especializado que respeite as particularidades de cada aluno.

Após ter conhecimento e obter orientação da coordenação do curso de Pedagogia do campus Janaúba, no qual a acadêmica Jasmim estava matriculada, foi possível a realização do pedido do atendimento especializado. Em maio de 2023, comecei o acompanhamento da acadêmica. Após participar de um processo seletivo, fui designada para atuar como sua professora de apoio. No primeiro momento, tive reuniões com a equipe pedagógica e coordenação do NUSI para alinhar o começo do acompanhamento da estudante.

O primeiro contato com ela se deu de forma muito tranquila. Conforme os dias foram passando, nas nossas conversas diárias percebi um nível de ansiedade elevada e baixa autoestima de Jasmim. E isso gerava insegurança, afetando a socialização com professores e colegas de sala. Ao iniciar os trabalhos como professora de apoio dela, um dos pontos trabalhados foi a questão da autoestima e autonomia que ela precisaria adquirir. Logo, foi preciso criar estratégias incluindo orientação para socialização das tarefas, com ênfase na ampliação da sua autoconfiança e segurança.

Atualmente, a acadêmica está no sexto período do Curso de Pedagogia no campus da cidade de Janaúba. Destaca-se que a aluna possui laudo com CID F:70 e G:40 que se caracteriza pelo déficit no desenvolvimento neuropsicomotor e disritmia cerebral com comprometimento das funções cognitivas e de linguagem. Jasmim tem deficiência intelectual, mas isso não a impede de ser uma pessoa interativa, possuindo relacionamento interpessoal dentro do ambiente universitário. Demonstra interesse pelos conteúdos trabalhados, mas não consegue dar seguimento com autonomia devido às dificuldades relacionadas ao seu CID.

Durante o acompanhamento realizado à discente, foi possível notar que ela apresenta, na execução de tarefas, algumas dificuldades podendo destacar a fala, a organização da rotina acadêmica, a concatenação das ideias, além de possuir um processo mais “pausado” na construção do pensamento a ser expresso. Frequentemente em sala de aula, tenho que chamar atenção da aluna para se concentrar na explicação do professor, já que a mesma se dispersa com

muita facilidade. Nesse ponto, destaca-se que as dificuldades apresentadas não se tornaram um fator impeditivo da sua vida acadêmica, uma vez que é criado um espaço de promoção da melhoria nas habilidades de comunicação e aprendizado.

Com isso, a aluna no decorrer desse período desenvolveu as atividades com o meu auxílio, que se baseiam: apresentação de seminários, resumos, produção de texto intra e extraclasse. Ao fazer uma abordagem sobre ela, compartilho que a mesma possui como qualidade aspectos como o esforço em finalizar as atividades propostas ofertadas em sala de aula, possui postura ativa e participativa dentro das suas limitações. A discente começou a se desenvolver nesses requisitos após minha atuação, enquanto professora de apoio, pois aos poucos fui trabalhando e incentivando-a a importância de sua participação juntamente com os demais colegas e professores na dinâmica acadêmica. Ressalta-se que para que haja o cumprimento do prazo na execução e entrega das tarefas acadêmicas, foi realizado um trabalho de parceria junto a aluna com enfrentamento ao desafio da inclusão e superar as dificuldades advindas. Implementou-se cronograma no sentido de gerar integração, reflexões e efetivação de ações sólidas e simples que promovessem aprendizagem contínua.

Pontua-se essa questão, haja vista que, ao iniciar o acompanhamento, a aluna apresentou atividades com prazos de entrega já vencidos. Foi necessária, em um primeiro momento, a compreensão do corpo de professores universitários para a organização e alinhamento de novas datas para entrega de trabalhos pela aluna, com fins de aquisição das notas no semestre letivo. Logo nos primeiros meses, os professores deixaram que os trabalhos fossem entregues de forma manuscrita, para cobrar mais adiante os mesmos digitalizados, havendo, assim, o exercício de adaptação e aprendizagem com relação à transcrição dos conteúdos de estudos e pesquisas por meio informatizado.

Um elemento importante a ser frisado é que ela apresenta muito interesse na realização das atividades que lhe são apresentadas. Em contrapartida, quando não consegue concentrar-se para realizar a tarefa, apresenta uma postura mais ansiosa. Nesse sentido, são feitos momentos de orientação corroborando para socialização das tarefas sugeridas no dia, além de ter como foco, a ampliação da auto confiança e segurança da aluna em si mesma.

Dentro dessa perspectiva, frisa que o trabalho com a acadêmica é desenvolvido com o acompanhamento em sala de aula, e para além dela. Construímos um constante diálogo de colaboração, cooperação, participação, planejamento e mediação no desenvolvimento de atividades. Em sala de aula, auxílio na produção de resumos, apresentação de seminários, produção de textos.

Diariamente, auxilio a aluna pelo WhatsApp na organização dos trabalhos, tirando dúvidas, pesquisando e enviando materiais adaptados, bem como material impresso dos conteúdos trabalhados pelos professores, orientando e discutindo os conteúdos que foram abordados durante o semestre, para que a aluna tenha um melhor entendimento das reflexões feitas. Sempre dialoguei com a acadêmica mostrando a importância da sua boa atuação com os seus afazeres, e nesse sentido, para auxiliar a aluna na realização desses trabalhos doeii um netbook para facilitar seus estudos e pesquisas, além de sempre entregar os materiais impressos que os professores fornecem para leitura.

Ao longo desses meses, essa análise dos fatos também é feita pelos professores das disciplinas. Durante os períodos, sempre relatam da importância desse acompanhamento realizado pela professora de apoio. Observa-se positivamente quanto ao desenvolvimento da acadêmica. De acordo com os professores, após o início das práticas executadas por mim, a aluna teve avanços significativos no desenvolvimento das atividades acadêmicas, como também na sua interação social no espaço acadêmico, o que evidencia a minha contribuição para que a acadêmica Jasmim conquiste cada vez mais sua autonomia, não apenas dentro do ambiente universitário, como também em sua vida social e profissional.

As discussões aqui delineadas para construção desse trabalho a partir do relato de experiência vivenciada na Universidade de Montes Claros por meio do NUSI têm a intenção de descrever o caminho que o AEE pode trilhar sob um olhar positivo, se essa política afirmativa for levada a sério no ensino superior pelos órgãos competentes da referida Instituição. Ao descrever o relato de experiência vivenciado como professora de apoio da acadêmica Jasmim, busquei a perspectiva de autores como Marques (2008) que pontua que a escrita é essencial, uma vez que através dela estabelecemos um diálogo entre diferentes vozes, que enriquece nossas perspectivas, revela novas possibilidades e contribui para a construção de novos conhecimentos.

Assim, a educação inclusiva desempenha um papel fundamental na luta contemporânea pelo término da exclusão. Abrange questões sociais amplas que transcendem os limites da escola, exigindo, assim, mudanças significativas. Essa situação destaca a necessidade de que os programas de formação adotem novos paradigmas que promovam a inclusão, como é o caso do ensino superior. Noronha e Pinto (2011, p. 3) pontuam que,

Educação Inclusiva é um processo em que se amplia à participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito e suas singularidades tendo

como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. (Noronha e Pinto, 2011, p. 3)

Essa possibilidade que a educação especial estabelece para o indivíduo com necessidades especiais é uma realidade que aos poucos vem ganhando espaço no ensino superior. Diante desse fato, o AEE favorece o público-alvo, uma vez que muitos são impedidos de dar continuidade à vida acadêmica. O meu trabalho como professora de apoio comprova que essa política educacional amplia horizontes para essas pessoas socialmente segregadas.

O trabalho realizado com a acadêmica Jasmim foi de compartilhamento. O acompanhamento se dava de forma diária, com 40 horas semanais, e tinha como objetivo desenvolver habilidades tanto emocionais como também cognitivas. Com deficiência intelectual, aos poucos ela foi desenvolvendo sua autonomia e confiança.

Trabalhos diários, apoio às atividades acadêmicas “extraclasse” como trabalhos individuais e em grupo, participação em eventos voltados à formação, reuniões e até viagens acadêmicas entre outras atividades fizeram com que ela desenvolvesse significativamente a aprendizagem, sobretudo a sua autonomia, a elevação da autoestima, diferente do começo dos trabalhos quando percebia certa vulnerabilidade no que se refere o seu estado emocional.

É diante desse fato aqui relatado que volto a dizer que a educação inclusiva tem seu papel relevante na educação brasileira, pois ela abre caminhos para aqueles que há muito tempo ficavam invisíveis perante a sociedade. A educação especial dentro da educação básica é uma política que vem se moldando há mais tempo, ao contrário no superior que é ainda incipiente. Entretanto, essa realidade vem sofrendo mudanças, já que a política inclusiva na educação superior está ganhando espaço dentro das instituições, estaduais e federais como é o caso da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Com base nas Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o AEE na Educação Básica (BRASIL, 2009), a Educação Especial está inserida em todas as etapas de ensino, assim como também no Ensino Superior, tendo o AEE como parte do processo de escolarização.

É importante destacar a colaboração estabelecida ao longo de quase dois anos com a acadêmica, atuando como professora de apoio. Durante esse período, desenvolvemos uma parceria eficaz com os professores regulares, a coordenação do programa NUSI, responsável por supervisionar a equipe de professores de apoio, e a coordenação de curso do Departamento de Educação.

Nesse sentido, o propósito das ações integradas é garantir que os acadêmicos tenham acesso facilitado e contribuir para a inclusão, removendo obstáculos que possam surgir durante seu processo de ensino-aprendizagem. O processo do AEE dentro da instituição superior precisa

criar políticas de valorização do profissional, pois o professor de apoio tem sofrido uma defasagem na sua remuneração salarial, o que impacta diretamente na qualidade do serviço oferecido. No último ano, houve uma desvalorização do profissional de apoio, uma vez que no processo seletivo houve uma redução significativa na remuneração, aliado também ao aspecto da qualificação exigida para ocupar o cargo, já que outrora a qualificação era um requisito importante e um diferencial.

Diante dessas condições estabelecidas pela instituição, ficou inviável permanecer no acompanhamento da acadêmica, mas reitero o rico trabalho realizado com todos os envolvidos com a educação inclusiva dentro da Universidade. Por fim, Jasmim continua sendo atendida pelo NUSI, dando continuidade a sua caminhada no processo de aprendizagem na universidade pública.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como foco de discussão evidenciar o trabalho desenvolvido como professora de apoio no AEE na Universidade Estadual de Montes Claros. Os desafios da educação inclusiva nas diversas modalidades de ensino requerem intervenções com estratégias diferenciadas. As demandas dessas ações no ensino superior têm se tornado cada vez mais frequentes com o acesso de pessoas com necessidades especiais. O crescente número desse público dentro das universidades brasileiras tem viabilizado a elas sonharem com um futuro mais promissor, uma realização pessoal e profissional.

A experiência como professora de apoio no AEE no ensino superior evidencia que a inclusão efetiva de estudantes com deficiência vai muito além do cumprimento de legislações; ela requer comprometimento institucional, formação continuada dos profissionais e uma mudança de paradigma na cultura universitária. As estratégias pedagógicas inclusivas, quando articuladas de forma colaborativa entre docentes, equipe de apoio e gestão, contribuem significativamente para a promoção da equidade e para o fortalecimento de uma educação verdadeiramente democrática.

Assim, reafirma-se a importância do papel do professor de apoio como mediador de práticas pedagógicas acessíveis e como agente transformador no processo de consolidação de uma universidade inclusiva. A experiência como professora de apoio no AEE evidencia que, embora haja avanços legais e institucionais, a inclusão plena de estudantes com deficiência no ensino superior ainda demanda esforços contínuos e sensibilidade pedagógica.

As estratégias adotadas, os desafios enfrentados e os progressos alcançados demonstram que a presença desse profissional é fundamental para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a participação ativa dos estudantes público-alvo da educação especial.

A atuação da professora de apoio se consolida como um elo entre os estudantes, os docentes e a gestão universitária, promovendo práticas inclusivas que transformam o ambiente acadêmico. Os dois anos de acompanhamento da acadêmica Jasmim endossa a importância desse profissional inserido no ensino superior, colaborando no processo de aprendizagem do acadêmico que necessita do apoio do atendimento especializado. Foi uma experiência exitosa de muita parceria com todos os docentes do curso. Houve momentos de diálogos, trocas de materiais e elaboração dos mesmos para melhor atender pedagogicamente as necessidades da acadêmica.

Ao compartilhar essa vivência, o artigo contribui para o fortalecimento da cultura da inclusão, estimulando reflexões e ações que assegurem o direito à educação com equidade, respeito e dignidade. Por fim, a educação inclusiva tende a percorrer um longo caminho para que as propostas e demandas do Atendimento Educacional Especializado sejam atendidas na sua efetividade em todos os níveis de ensino, sobretudo no Ensino Superior que ainda se encontra bastante incipiente.

Conclui-se que ainda é necessário trilhar um longo caminho para que os princípios e propostas da educação inclusiva sejam efetivados em todos os níveis de ensino, sobretudo no Ensino Superior. No entanto, ao conhecer experiências como as relatadas neste trabalho, reconhecemos que passos vêm sendo dados com vistas a boas iniciativas e ao desenvolvimento de ações interessantes e significativas em prol de uma educação de qualidade para todas e todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: setembro de 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em agosto de 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Prioridade de atendimento às pessoas que especifica**. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em julho de 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão**. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em junho de 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em junho de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009. 3 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 30 outubro. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 – **Acessibilidade**. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: setembro de 2025.

BRASIL. Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52470/1/2008_art_rvfigueiredoacnosorio.pdf>. Acesso em: setembro de 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: setembro de 2025.

CAIXETA, Wender da Silva. **A Educação Especial no Ensino Superior: Da Legislação à Prática Cotidiana.** 2020. Disponível em: <jaimejr1987,+Artigo+7+A+EDUCACAO+ESPECIAL+NO+ENSINO+SUPERIOR.pdf>. Acesso em: setembro de 2025.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** 1ª ed. Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em outubro de 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MARQUES, Mario Osorio. **Escrever é Preciso: o princípio da pesquisa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NORONHA, E. G., & PINTO, C. L. (2011). **Educação Especial e Educação Inclusiva: Aproximações e convergências. A Formação do Pedagogo para a Educação do Século XXI** Disponível em: <<https://www.bonsucessomt.com.br/sws/Pasta-PDF-livro/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA.pdf>><<https://www.bonsucessomt.com.br/sws/Pasta-PDF-livro/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA.pdf>>. Acesso em agosto de 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 7ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

TOMELIN, Karina Nones; DIAS; Ana Paula L.; SANCHEZ, Cintia Nazaré Madeira; PERES, Juliana; CARVALHO, Silvia. 2018. **Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente.** Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862018000100011>. Acesso em: 19 de julho de 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES (2022). **Inclusão e acessibilidade: Unimontes passa a contar com novos professores auxiliares para a educação especial.** Disponível em: <<https://unimontes.br/inclusao-e-acessibilidade-unimontes-passa-a-contar-com-novos-professores-auxiliares-para-a-educacao-especial/>>. Acesso em julho de 2025.